
ATA Nº. 14

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
27-11-2019**

--- No dia vinte sete de novembro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abela** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente.

--- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros:

--- Em representação do **Partido Socialista**:

--- Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Manuel António Simões Martins, Carlos Belo Duarte Alfaia, António Manuel Henriques Miguel, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício.

--- Em representação do **Partido Social Democrata**:

- António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alberto Alves da Silva, Fernando Adelino Soares Barroso e Manuel Adelino Lopes Tomaz.

--- Em representação do **Bloco de Esquerda**:

- Carlos Manuel Godinho Matias e Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão. Faltou a esta sessão o deputado Pedro Miguel da Silva Santos.

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**:

- Pedro Miguel Faria Gonçalves.

--- Faltou também a esta sessão o deputado António Silvino da Costa Ferreira, em representação da **CDU-Coligação Democrática Unitária**.

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor:

--- Rui Cardoso Maurício.

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor:

--- Ezequiel Soares Estrada.

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Srs. Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos e José Miguel Filipe Baptista. Não compareceu o Vereador Sr. Henrique Leal.

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos.

--- Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis.

- Pediu ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata.

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número treze**, relativa à Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2019, que foi aprovada por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes naquela sessão.

---Relativamente ao expediente e informações de âmbito geral, para além da informação recebida e, de imediato, reencaminhada, o Presidente da Assembleia deu ainda a conhecer as seguintes informações: a associação proTEJO organiza, a 7 de dezembro próximo, um seminário sobre a recuperação do rio Tejo e seus afluentes, no Centro Cultural do Cartaxo, que contará com a presença de Sua Ex.^a o Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza, Florestas e Ordenamento do Território João Paulo Marçal Lopes Catarino. No passado dia 19 de Novembro, decorreu uma reunião da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo em que foi dada informação acerca da atividade da CIM do Médio Tejo e bem como da sua situação financeira, do período que decorreu entre a sessão anterior e a presente sessão; foi aprovada a proposta de revisão do orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2019, decorrente dos atrasos registados na abertura dos avisos de concurso do Portugal 2020; aprovação da proposta do Plano de Ação e a proposta do Orçamento proposto pelo Conselho Intermunicipal para 2020; dada a conhecer a Listagem dos Procedimentos Plurianuais em Curso desde março de 2019. -----
---- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

--- **António Mascarenhas (PSD)**: Começou por se congratular com a reabertura e a colocação ao serviço da cidade do cineteatro S. João, ocorrida no passado dia vinte e quatro, data de aniversário do concelho. De seguida, afirmou: “*Como se sabe as alterações climáticas são a causa dos maiores perigos e incertezas que se estimam, quer no curto quer no médio prazo. Esta Assembleia tem colocado a questão através de recomendações sobre a Bacia Hidrográfica do Tejo.*”-----

Estive na Assembleia da CIMTejo recentemente, onde se aprovou o orçamento para 2020 e no programa aprovado a questão não me parece colocada como uma prioridade e com urgência.-----

Recomendo ao Sr. Presidente da Câmara que insista junto do Conselho da CIM Tejo na urgência em tomar medidas, quer ao seu nível, quer do Governo Central, com vista a uma intervenção na Bacia Hidrográfica do Tejo para fazer face às esperadas alterações climáticas.”-----

--- **Fátima Roldão (BE)** proferiu a seguinte declaração: “*Gostaríamos de nos congratular com a reinauguração do Cineteatro S. João, no passado dia 24 de novembro, considerando que este é um equipamento fundamental para a nossa cidade, o seu enriquecimento cultural, a sua projeção junto da com unidade local e regional e sobretudo para o dinamismo artístico, social e associativo do nosso concelho.*”-----

Ficamos satisfeitos com a devolução à cidade deste polo de cultura, produção e divulgação artística, embora fiquemos agora expectantes sobre a sua mobilização e optimização como verdadeiro espaço lúdico e de criatividade.-----

Assim gostaríamos de saber também, uma vez que tal não foi muito notório nos discursos da inauguração, qual a visão que se tem para este equipamento, que tipo de agenda cultural irá ser privilegiada, qual a equipa ou equipas que irão ser envolvidas nesta dinamização, que vertentes terá este equipamento, nomeadamente se terá à semelhança de outros equipamentos congêneres noutras concelhos, um departamento pedagógico e de ligação / mediação com as escolas e associações, e como tudo isto irá ser integrado na política de gestão deste equipamento e também as suas sinergias com os outros equipamentos, como por exemplo o Centro Cultural.-----

Em suma, interessa-nos saber como será elaborada a política integrada de gestão deste equipamento e como será constituída a sua orgânica interna.-----

De qualquer modo esperamos sinceramente que se possa concretizar a boa utilização deste espaço com a implementação de uma agenda rica, eclética e regular, um espaço que é tão precioso e fundamental na vida social de uma cidade.”

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** quis também congratular-se com o aniversário do concelho, com a inauguração do cineteatro S. João; de qualquer modo, manifestou alguma apreensão relativamente ao tipo de agenda a implementar naquele espaço. De seguida, questionou o senhor presidente da Câmara relativamente ao programa de Natal, o qual, afirmou, «fica a saber a pouco» quando comparado com cidades vizinhas, solicitando um maior investimento na animação da cidade nesta época natalícia, de forma a dinamizar o comércio local. Questionou, ainda, sobre a marcação do pavimento da rua Rui Luís Gomes, onde são insuficientes os locais de estacionamento e os espaços reservados a pessoas com deficiência.

--- **Carlos Alfaia (PS):** tomou a palavra para, em nome da sua bancada, felicitar o executivo pela inauguração e reabertura do cinema S. João, confiando em que o mesmo terá uma programação em linha com a sua qualidade excepcional.

--- **Ricardo Antunes (PS):** tomou a palavra para felicitar o executivo pela excelência do Festival do Vapor, o qual acaba de ser nomeado para um prémio ibérico, em cinco categorias: Best Medium Sized Festival; Best Touristic Promotion; Best Indoor Festival; Best Cultural Programme e Best Communication & Marketing Strategy. Considerou um festival de grande qualidade cultural, integrado na identidade do Entroncamento pela valorização do insólito e da natureza ferroviária da cidade.

--- **Rui Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista:** Congratula-se também com a inauguração do Cineteatro S. João e apresenta os parabéns ao executivo pela inauguração deste espaço, útil quer para espetáculos quer para congressos, que não é apenas da sua freguesia, mas do concelho do Entroncamento. Terminou, informando que no próximo dia vinte e nove, haverá, no centro cultural, um espetáculo de magia infantil promovido pela Junta de Freguesia.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção de público nesta Sessão.

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Foram feitas as seguintes intervenções:

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** tomou a palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara por que motivo estão a ficar vazias as empreitadas lançadas, nos últimos tempos, pelo município. E perguntou ainda sobre o ponto da situação relativamente à providência cautelar apresentada pelos moradores do Casal Vidigal.

--- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, começou por agradecer toda a simpatia recebida nas comemorações do 24 de novembro, bem como na inauguração do Cineteatro S. João. Estamos todos de parabéns.

--- Seguidamente, informou que a questão das empreitadas lançadas e sem concorrentes não constituiu um exclusivo do Entroncamento, o mesmo ocorrendo em outros concelhos, estando relacionado com a evolução dos mercados, o lançamento de muitas obras, a falta de mão de obra, a subida dos preços. Informou depois que o procedimento da empreitada do Bonito será agora efetuado por ajuste direto; relativamente à empreitada da ARU3, após pontuais reajustes, foi lançada de novo, mantendo-se exatamente as mesmas condições.

Relativamente à recuperação da pista de atletismo, os constrangimentos prender-se-ão com o facto de serem obras muito específicas.-----

Esclareceu a questão da providência cautelar relativa ao projeto do Parque Empresarial. O Tribunal Administrativo de Leiria, após a refutação dos argumentos apresentados por alguns dos subscritores da providência cautelar, considerou improcedente a ação interposta pelos municíipes, estando a Câmara a aguardar a decisão definitiva, estando cientes de ter cumprido e respeitado todos os requisitos legais. -----

---Relativamente à rua Rui Luís Gomes, o senhor Presidente da Câmara, em resposta ao problema colocado, informou estar consciente dos problemas, aguardando a melhor oportunidade para que se proceda à necessária intervenção naquela rua. -----

---No que se refere às alterações climáticas, esclareceu que a Câmara está atenta a essa problemática, dando exemplo de algumas iniciativas inseridas na estratégia de combate às alterações climáticas, como sendo a substituição da iluminação pública, a substituição dos semáforos, o recurso à energia fotovoltaica, a rega das áreas verdes, a plantação de árvores e outros, quer na zona do Bonito, quer na zona por detrás da António Gedeão. Disponibilizou-se ainda para, numa próxima sessão, trazer alguém ligado ao «Projeto Tejo - Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Tejo e Oeste», que visa a recuperação do rio Tejo, para um melhor esclarecimento das propostas em reflexão.-----

---Quanto à área cultural, pretende-se continuar a dar uma forte atenção à cultura, promovendo uma programação de qualidade para o Cineteatro S. João com meios próprios, uma vez que o município dispõe de técnicos de qualidade, sendo sempre bem-vindos todos os contributos; à partida, pensa-se na apresentação de dois espetáculos anuais nas áreas da música, da dança e teatro, a decorrer entre setembro e junho; o espaço estará também disponível para as várias entidades, escolas e associações da cidade promoverem ali as suas iniciativas culturais. Estará também aberto para reuniões e congressos de âmbito nacional e regional, sendo divulgada a disponibilidade para o efeito. O Centro Cultural vai manter-se para atividades culturais, espetáculos complementares, menos formais, mais experimentais ou locais. Neste âmbito, e com o objetivo da preservação da memória coletiva, destacou ainda a valorização dos bairros ferroviários e recuperação da Escola Camões. -----

---Referiu-se ainda neste ponto, à forma serena e sem problemas como decorreu o início do ano letivo. Informou ainda que o Município do Entroncamento foi considerado Município inclusivo pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, dado que desenvolve um conjunto de boas práticas ao nível da cultura organizacional de inclusão e responsabilidade social. A propósito, a senhora vereadora Tília Nunes leu o documento em que ao município do Entroncamento é atribuída a marca «entidade formadora inclusiva», prémio a ser atribuído no próximo dia 9 de dezembro, em Coimbra; informou também ter sido, no âmbito da inclusão, assinado um protocolo com o Instituto Nacional da Reabilitação, para abertura de um balcão da inclusão, no âmbito da rede de municípios de inclusão. -----

---Interveio, de seguida, o deputado Carlos Silva (PSD) para solicitar, no âmbito da preservação ambiental, em que o município se vem empenhando, o executivo diligenciasse, junto de quem de direito, para que fosse concluída, no Entroncamento, a rede de gás natural, mais económico para o consumidor e mais amigo do ambiente. Em resposta, o senhor Presidente considerou oportuna a intervenção, esclarecendo que, ao contrário do que acontece com as redes de água e eletricidade que são da responsabilidade do município, já a rede de gás é da responsabilidade da empresa; no entanto, disponibilizou-se para acolher um eventual pedido de um conjunto de cidadãos interessados e em fazer chegar à empresa, reforçando assim o interesse da proposta, sabendo-se que a empresa privilegia as zonas de maior concentração de habitações. -----

PONTO NÚMERO DOIS

PROPOSTA DE REGULAMENTO DE EXERCÍCIO DE COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO A RETALHO E GROSSISTA E VENDA AMBULANTE, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

--- Pelo Presidente da Assembleia foi feita uma breve introdução ao ponto, recordando tratar-se de proposta decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração. o qual deve conter as regras de funcionamento das feiras do município, as condições para o exercício da venda ambulante, a identificação de forma clara dos direitos e obrigações dos feirantes e dos vendedores ambulantes e a listagem dos produtos proibidos ou cuja comercialização depende de condições específicas de venda.---

--- Foi feita a seguinte intervenção:

--- **Fátima Roldão (BE)**: “*É-nos aqui proposta a aprovação de um “Regulamento de Comércio Não Sedenário a Retalho e Grossista e Venda Ambulante, o que a bancada do Bloco de Esquerda irá fazer, sem, no entanto, deixar de fazer dois reparos.*”

A primeira nota tem a ver com o atraso relativo à aprovação deste regulamento, que decorre ---explica-se logo a abrir, na nota justificativa --- do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, já lá vão quase cinco anos. Não poderemos deixar de sublinhar esta desatenção algo incompreensível.”

O segundo registo prende-se com os chamados «Espaços de ocupação ocasional em feiras», os lugares destinados a participantes ocasionais, nomeadamente a “Pequenos agricultores que não estejam constituídos como operadores económicos, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência””

Prevê-se que a Câmara Municipal possa atribuir lugares a estes vendedores. Parece-nos bem esta preocupação com a pequena produção, a que deveria acrescentar-se a prioridade na atribuição desses lugares à produção de proximidade. Dessa forma, apoiar-se-ia não só a produção familiar, mas seria ainda privilegiado o estabelecimento de circuitos curtos de distribuição, em linha com as preocupações crescentes relativas à diminuição da pegada ecológica no abastecimento, por razões ambientais.”

O que já nos parece desnecessário e até despropositado é que esses lugares fiquem limitados aos pequenos produtores que vão ao mercado, “por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência”.”

Então, quem tiver um ocasional excedente da sua própria produção já não pode ir vendê-lo, caso dessa venda não dependa a sua própria subsistência? E como é que as juntas de freguesia avaliam se dessa (eventual) venda extraordinária depende a subsistência de alguém?”

Estamos, pois, perante um caso em que uma inicial boa ideia se perde por um condicionalismo que a pode inviabilizar ou dificultar.”

Bem sabemos que a abertura dos lugares ocasionais a “Outros participantes” - também prevista - resolverá todas as situações. Mas não será a mesma coisa, pois aqui o princípio deveria ser, sem dúvida, a convergência para as questões de sustentabilidade ambiental e diminuição dos impactos dos transportes, proporcionados pela distribuição de proximidade.”

De qualquer forma, estes dois reparos não impedem o voto favorável do Bloco de Esquerda ao regulamento proposto.””

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

--- O ponto número dois foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO TRÊS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

---O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando estar a propor-se a debate e votação a proposta de alteração à redação dos números 1 e 4 do artigo 7.º da Parte I do Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Entroncamento, com o objetivo de dispor de serviços organizados em moldes que lhes permitam dar resposta às solicitações decorrentes das suas atribuições, em diversos domínios, permitindo um modelo de funcionamento e repartição de competências apto a agilizar a atividade municipal e potenciar novas sinergias dinâmicas.

--- Não houve intervenções neste ponto.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS

--- O ponto número três foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO QUATRO

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS PARA 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

---O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que, de acordo com o artigo 30.º do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas, o qual estabelece que as taxas e licenças previstas na tabela são automaticamente atualizadas todos os anos mediante a aplicação do índice de preços ao consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. Em 2018, a taxa de inflação foi de 1,0%, conforme informação veiculada pelo INE.

--- Não houve intervenções neste ponto.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO

--- O ponto número quatro foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO CINCO

PROPOSTA PARA ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS URBANÍSTICAS PARA O ANO DE 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

---O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que os valores das taxas constantes do anexo I do Regulamento Municipal de urbanização e edificação do concelho, que não resultem de quantitativos fixados por disposição legal especial, podem ser anualmente atualizados pela aplicação do índice de preços ao consumidor, pelo que o município propõe a atualização das taxas urbanísticas a vigorarem em 2020, com base no coeficiente de 1,0%.

--- Não houve intervenções neste ponto.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO

--- O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO SEIS

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que, nos termos do n.º 1 e 2 do art.º 26.º da lei 73/2013, de 3/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018 de 16/8, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, cuja informação deve ser comunicada via eletrónica à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro, propondo a Câmara aplicar neste ano, a participação de 5% no IRS, a liquidar no ano de 2020.

--- Foram feitas as seguintes intervenções:

--- **Pedro Gonçalves (CDS)**: sabe-se que o serviço de dívida da câmara municipal do entroncamento é cada vez menor. O CDS não é, por natureza, favorável a que esta taxa seja a mais alta. Assim, desde já, quis deixar a proposta para que, não no orçamento de 2020 mas no de 2021, esta taxa seja fixada em 4,5%.

--- **Carlos Matias (BE)**: “*O IRS, um imposto directo sobre os rendimentos dos singulares, é o imposto mais justo e será através dele que, preferencialmente se deve exercer a justiça fiscal.*

Em primeiro lugar porque desejavelmente deverá englobar todos rendimentos do agregado familiar. Sabemos que tal ainda não acontece plenamente, mas o Bloco de Esquerda está empenhado que, em sede própria, na Assembleia da República, tal venha a ser a prática adotada.

Em segundo lugar, porque é um imposto progressivo. A quem mais ganha e tem mais poder financeiro é aplicada uma taxa mais elevada. Tudo o que de alguma forma distorça esta proporcionalidade diminui a justiça na sua cobrança.

Qualquer folga que seja dada aos municíipes, em percentagem, beneficiará sempre quem mais recebe – do que discordamos.

Creamos, portanto, que tal como nos é proposto, não deve existir qualquer abdicação da percentagem dos 5% que o município poderá arrecadar, relativo ao IRS cobrado no nosso concelho.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS

--- O ponto número seis foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO SETE

TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2019 A LIQUIDAR EM 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando nos seguintes termos a proposta a apreciação e votação: trata-se de deliberar relativamente aos pontos: 1 -manter em 0,35%, o valor da Taxa de IMI respeitante ao ano de 2019, a liquidar em 2020;

2 – manter a redução da Taxa de IMI atendendo ao n.º de dependentes (valor de **70,00€** para situações com 3 ou mais dependentes; 3 – Isenção de IMI por um período de 5 anos para Incentivos à Reabilitação Urbana. -----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Goncalves (CDS)**, que apresentou a seguinte proposta:-----

«Proposta IMI 2020 – 6 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto.-----

7 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior.-----

8 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando -se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens”-----

O Código de IMI, define que são as assembleias municipais que devem de proceder à deliberação das taxas de IMI.-----

A nossa cidade é uma cidade que cada vez mais está a ser alvo de procura de imóveis, tanto para compra como para arrendamento, sendo que na vertente de arrendamento existe uma carência de oferta. É também conhecido de todos que existem algumas casas vazias e que não estão nem colocadas nem no mercado de arrendamento nem no mercado de compra e venda. Sabemos que uma casa vazia tem tendência a que se degrade com mais alguma facilidade.-----

Assim e a fim de estimular a reabilitação urbana e o arrendamento, vem o CDS-PP propor a esta assembleia que para além da proposta de IMI do Executivo se possam efectuar as seguintes alterações:-----

1 - que seja reduzido a taxa de IMI em 30% a todos os Imóveis da Junta de Freguesia de São João Baptista, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que não se encontrem nas áreas de reabilitação urbana (ARUs), e que sejam alvo de obras de reabilitação.-----

2 - fixar uma redução até 20% da taxa de IMI em todos os imóveis da Junta de Freguesia de São João Baptista e da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima que se encontrem com contrato de arrendamento válido, sendo esta cumulativa com o ponto 1.-

3 - majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando -se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.”-----

--- **Manuel Faria (PSD)**, que apresentou também a seguinte Proposta:-----

“Proposta de Recomendação – IMI e IMT -----

A reabilitação urbana da nossa cidade deverá ser um meio e um fim estratégico em si mesma na medida em que permitirá: -----

. Responder às necessidades urgentes de habitação para acompanhar as necessidades de crescimento da cidade a nível económico e social - aquisição e arrendamento, sobretudo, quando somos um concelho territorialmente “pequeno”.-----

. Fixar pessoas na cidade. -----

-
- . Renovar o edificado. -----
 - . Renovar o ambiente paisagístico da cidade e torná-la mais atrativa. -----
 - . Melhorar a segurança dos edifícios. -----
 - . Substituir materiais de construção por outros, mais benéficos para a saúde e o ambiente.-----
 - . Melhorar a eficiência energética dos edifícios reabilitados, contribuindo assim a vários níveis para a redução da pegada ecológica. -----

Estabelece o 15.º da Lei n.º 73/2013, na sua nova redação, que os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente a concessão de isenções e benefícios fiscais, remetendo para o n.º 2 do artigo 16.º que, por sua vez, dispõe que "A assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios". -----

Acrescenta a nova redação do n.º 3 do mencionado artigo 16.º, que aqueles benefícios fiscais "[...] devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal."-----

Ainda, de acordo com o n.º 9 do supracitado artigo, os pressupostos do reconhecimento de isenções fiscais devem ser definidos no estrito cumprimento das normas estabelecidas no regulamento por deliberação da assembleia municipal, cabendo depois à Câmara Municipal o reconhecimento do direito às isenções. -----
 - Nessa medida, a Bancada do PSD vem recomendar à Câmara Municipal do Entroncamento:-----
 - . Que desencadeie o procedimento para a elaboração do Regulamento municipal tendo em vista a concessão de benefícios fiscais no âmbito do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis em nome da tutela de interesses públicos relevantes, devidamente fundamentados; -----
 - . Que o Regulamento estabeleça o incentivo à reabilitação urbana, reproduzindo os benefícios fiscais atribuídos pelo Estado, nos termos da Lei dos Estatuto dos Benefícios Fiscais, relativos às ações de reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em área de reabilitação urbana (ARU), tal como previstas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou as operações de reabilitação enquadráveis nas normas aplicáveis no Decreto-Lei n.º 53/2014, de 08 de abril; -----
 - . Que o Regulamento considere a seguinte natureza de incentivos: -----
 - a) Isenção total ou parcial do IMI, no que respeita à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em ARU; -----
 - b) Redução da taxa de IMI que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS (CIRS), compõem o respetivo agregado familiar, nos termos do artigo 112.º-A do CIMI;-----
 - c) Isenção total ou parcial do IMI, relativamente aos prédios destinados e afetos à prossecução dos respetivos fins estatutários das associações de cultura, recreio, desporto, sociais e similares do concelho; -----
 - d) Isenção total ou parcial do IMT, no que respeita às transmissões onerosas de edifícios ou de frações reabilitadas, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e ou localizados em ARU. -----

. Que o Regulamento considere a seguinte tipologia de incentivos - os prédios urbanos ou frações autónomas, concluídos há mais de 30 anos ou localizados em ARU poderão usufruir dos seguintes benefícios:

- a) Isenção do IMI por um período de três anos a contar do ano da conclusão das obras de reabilitação, inclusive, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;
- b) Isenção do IMT nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;
- c) Isenção do IMT na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente.

. Que o Regulamento considere as seguintes condições cumulativas:

- a) Ser objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do RJRU ou do regime excepcional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;
- b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído, e tenha, no mínimo, um nível Bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.”

--- **Manuel Martins (PS):** começou a sua intervenção recordando que, segundo a lei das autarquias locais, não compete à Assembleia Municipal alterar as grandes opções do plano e a proposta de orçamento, podendo a Câmara acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões apresentadas, pelo que não teria sentido submeter a discussão ou aprovação apresentada pelo CDS; no entanto, deixou a sugestão de o proponente transformar o documento em moção. Relativamente à proposta de recomendação apresentada pelo PSD, considerando que a mesma se baseia na lei vigente, a sua bancada não se oporá à sua aprovação.

--- **Carlos Matias (BE):** tomou a palavra para comentar da seguinte forma as propostas do CDS e do PSD relativas ao IMI e ao IMT: O IMI tem um peso de 64% nos impostos diretos, prevendo-se que, em 2020 a Câmara arrecade mais de 2 milhões e 800 mil euros. Quanto ao IMT prevê-se uma receita de quase 800 mil euros, no próximo ano, cerca de 18% nos impostos diretos.

Estamos, portanto, perante importantes fontes de receitas do município, no seu conjunto quase % do total das receitas (correntes e de capital). Quaisquer alterações aos critérios ou às taxas aplicadas poderão provocar alterações drásticas do montante das receitas, agravando a capacidade de investimento do município e coartando a sua atividade corrente. Têm, portanto, de ser bem ponderadas.

Creemos, aliás, que o nosso concelho se mantém carente de alguns investimentos estruturantes e que ambição que nos norteia é incompatível com baixas drásticas de receitas tão significativas.

Não descartamos, é certo, que, pela via das reduções ou isenções de IMI e/ou IMT se possa intervir no parque edificado, designadamente para incentivar a sua reabilitação. Parece-nos, contudo, serem inapropriadas quaisquer alterações nesse sentido, mais a mais no preciso momento em que se reconhece que o mercado está em alta e em que há volumosos investimentos previstos.

Não aprovamos, portanto, a vaga de isenções aqui recomendadas e/ou propostas.-----
Gostaríamos de fazer duas observações adicionais.-----

Estamos de acordo com o agravamento da taxa do IMI aplicada a prédios urbanos degradados. Simplesmente no ponto 3 da proposta do CDS, onde é avançada tal ideia, não é feita nenhuma proposta concreta, apenas se propõe uma majoração “até 30%”. Ora “até 30%”, para além dos aspetos formais, não nenhuma proposta concreta e, caso aprovássemos este ponto, ficaríamos sem saber qual é exatamente a majoração a aplicar.-----
Por outro lado, as associações de cultura, recreio, desporto, sociais e similares são instituições que muito prezamos e cujos apoios foram cortados na sequência do PAEL, assumido no tempo da gestão PSD. Têm de ser mais apoiadas, é verdade; daí defendermos a reposição dos apoios financeiros para os níveis que tinham antes dos cortes do PAEL. O efeito prático das isenções de IMI a alguma ou algumas destas associações, agora propostos pelo PSD, é o de aumentar a sua capacidade financeira, o que poderá e deverá ser feito aumentando a subsidiação pelo menos para os níveis anteriores ao PAEL e tendo em conta não só o património edificado da instituição tributado pelo IMI, mas ponderando também - e isso é muito importante - as atividades aí desenvolvidas.”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** interveio para recordar alguma discrepância entre a posição atual da bancada do PS relativamente a anteriores posições sobre o mesmo assunto, sugerindo que se lessem tais intervenções, uma vez que, à data, as atas «eram bem elaboradas», contendo então «todas as intervenções». E, continuando, declarou não ter qualquer problema em retirar a proposta, considerando, no entanto, que esta majoração e estes descontos possam ser revistos em outra oportunidade, concluindo que, sobre o IMI, são as assembleias municipais que deliberam. -----

--- Antes de prosseguir o debate, o Presidente da Assembleia interveio para lamentar e condenar o inoportuno comentário feito pelo deputado Pedro Gonçalves sobre o conteúdo das atas, uma vez que as mesmas vêm sendo elaboradas de acordo com as normas regimentais e aprovadas por unanimidade, sem que, alguma vez, tivesse havido, qualquer proposta de alteração ou acrescento, sendo sempre registado o conteúdo das intervenções de todos os senhores deputados. Seguidamente, e considerando que a proposta do CDS não seria submetida a apreciação, passou a ser votada a proposta de recomendação apresentada pelo PSD. -----

--- **Intervenção novamente Carlos Matias (BE):** “Os critérios de apoio às famílias numerosas devem ser estabelecidos em sede de IRS, o imposto universal e progressivo que tem em conta justamente a situação financeira das famílias, através da ponderação global dos rendimentos. Só assim se estabelecem as bases da justiça e da equidade fiscal.-----

Com reduções no IMI estritamente com base no número de filhos, sem ponderação da capacidade financeira das famílias, leva-nos a correr o risco de premiar famílias numerosas com recursos económicos abundantes e a, em contrapartida, manter um imposto gravoso para famílias menos numerosas e com parcos recursos económicos, gerando assim situações de injustiça e iniquidade social e fiscal. -----

Embora aceitemos as taxas propostas, exclusivamente porque não aceitamos descontos a famílias numerosas, votaremos contra a proposta global que nos é apresentada pelo executivo.”-----

--- Colocadas à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia as propostas apresentadas, obtiveram a seguinte votação:-----

--- Proposta do PSD – aprovada por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, dois votos contra do Bloco de Esquerda,

um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

---Após a votação deste documento, o deputado **Mário Balsa (PS)** solicitou a palavra para fazer a seguinte declaração: o voto favorável da sua bancada relativamente à proposta de recomendação do PSD resulta do facto de a mesma se cingir à lei e ao seu cumprimento, o que não poderia deixar de ser acolhido pelo executivo.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE

--- O ponto número sete foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, dois votos contra do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO OITO

LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – COBRANÇA EM 2020 RELATIVA AO PERÍODO DE 2019, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

---O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, sintetizando assim a proposta da Câmara: nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da lei 73/2013, de 3/9, com as alterações introduzidas pela Lei 51/2018, de 16/8, propõe-se à assembleia fixar o valor o valor da taxa de derrama às empresas, com base na criação líquida de postos de trabalho, a cobrar em 2010, e relativa ao ano de 2019, em 1,5%, bem como a aprovação dos incentivos à criação líquida de postos de trabalho nos termos e condições já definidos em anos anteriores: redução de 1/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior; redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior; educação de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75% sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.

--- Foram feitas as seguintes intervenções:

--- **Carlos Matias (BE)**: “A maioria da Câmara Municipal (neste caso uma maioria PS e PSD) insiste na aplicação, por defeito, da taxa máxima da derrama a todas as empresas do concelho, independentemente da sua dimensão.

O maximalismo da taxa da derrama será supostamente compensado por eventuais reduções a empresas que tenham criação líquida de postos de trabalho - o que, em anos anteriores, a ninguém ou a quase ninguém terá beneficiado.

O Bloco de Esquerda defende um mecanismo de progressividade na taxa da derrama, aplicando uma taxa mais reduzida às pequenas empresas.

A proposta apresentada e rejeitada na Câmara, pelo vereador Henrique Leal, ia nesse sentido e assenta no reconhecimento de que os pequenos negócios são muito mais vulneráveis do que as grandes empresas, estas com muito maior capacidade para mobilizar investimento, superar dificuldades e acomodar eventuais oscilações de mercado.

Aliás, a própria lei implicitamente o reconhece, ao admitir taxas da derrama mais reduzidas para pequenas empresas.

Portanto, estando genericamente de acordo com o lançamento de uma derrama sobre os lucros das empresas, não estamos de acordo com a taxa que, em concreto, aqui nos é proposta.”

--- **Pedro Gonçalves (CDS)**: recordou que, tal como em anos anteriores, o CDS considera que os incentivos propostos têm beneficiado zero empresas. Do seu ponto de vista, deveriam ser isentadas empresas com volumes de negócio abaixo dos 150 mil euros e uma redução

em 0,25 por cento em todas as outras empresas; concluiu afirmando que concordaria mais com a proposta apresentada no executivo pelo BE, mais progressiva, pelo que votará contra a proposta do executivo.

--- **Ricardo Antunes (PS)**: dirigindo-se à bancada do BE, sublinhou que a proposta do executivo beneficia as empresas de menor dimensão, bem como as empresas que se venham a fixar no concelho, criando valor e postos de trabalho. Relativamente à proposta do CDS, recordou que seria sempre fantástico anunciar todos os anos reduções de impostos, só que tal se tornaria incomportável para o orçamento do município, de que resultaria um forte corte nos investimentos, questionando mesmo o deputado Pedro Gonçalves sobre os investimentos de que abdicaria.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO

--- O ponto número oito foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, dois votos contra do Bloco de Esquerda, uma abstenção do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO NOVE

ORÇAMENTO 2020 E GOP 2020-2023 – MAPAS DE PESSOAL E OPCÃO GESTIONÁRIA 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

--- Foram feitas as seguintes intervenções:

--- **António Miguel (PS)**: “O orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas. Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica. O orçamento e as GOP para 2020 dão continuidade ao ciclo de gestão autárquica iniciado no anterior mandato, numa ótica do desenvolvimento económico do concelho em articulação com as questões sociais, com destaque para a promoção do emprego, educação, saúde e existência de serviços públicos fundamentais. Os Documentos Previsionais foram elaborados tendo por base uma estratégia de 5 vetores:

- desenvolvimento económico, emprego e inovação;
- de coesão social;
- da segurança e ordem pública;
- da sustentabilidade; e também
- das áreas associativa e cultural.

A maioria Socialista, com a responsabilidade de gerir o Município, apresentou um orçamento realista nos documentos previsionais para 2020 em que se verifica um aumento de 10,8 % face ao ano anterior no valor global de 21.333.865 €, (vinte e um milhões trezentos e trinta e três mil oitocentos e sessenta e cinco euros).

À semelhança do que fazemos nas nossas casas, também a Câmara Municipal precisa de gerir o seu orçamento, controlar as despesas, rentabilizar muito bem os recursos sempre limitados, fazer face às necessidades crescentes num concelho em crescimento e fazer os melhores investimentos, com uma gestão rigorosa, em prol do desenvolvimento do município e da melhoria da qualidade de vida da população.

O orçamento Municipal depende significativamente das transferências provenientes da Administração Central.

O orçamento aprovado não será, por isso, o ideal, mas sim o possível, elaborado com realismo, como já referi, e coerência, atendendo à conjuntura atual. Contudo, apesar das diversas contrariedades, os cidadãos vão estar sempre no centro das preocupações e decisões

do nosso Executivo.

Há um grande esforço neste Orçamento para concretizar um conjunto de investimentos, como a Remodelação do Cineteatro S. João, a Requalificação do Mercado Municipal, a melhoria do desempenho energético – 1.^a fase – que irá ficar concluída este mês com a substituição de 2.300 luminárias e outros que têm vindo a desenvolver.

Os principais investimentos inscritos neste Orçamento têm a ver com a concretização das obras do Parque Empresarial, cujo investimento previsto é de cerca de um milhão e seiscentos e setenta mil euros e também a requalificação dos espaços das ARUs 1 e 3, que estão em fase final de aprovação, e o edifício da esquadra da PSP, cuja empreitada esperamos seja lançada em 2020.

Procurar dotar as Piscinas Municipais com outra capacidade energética e outro conforto para os utentes e avançar com o projeto de eficiência hídrica, que irá exigir um esforço de cerca de 60% do Orçamento Municipal, mas é um projeto importante no aspetto do ambiente, sustentabilidade e financeiro, pois permitirá uma redução significativa das perdas de água. Outros investimentos, com menos impacto, mas igualmente importantes são a consolidação das margens da albufeira do Bonito, a beneficiação da estrada municipal 1179 e a colocação de pavimento na Pista de Atletismo.

No âmbito dos investimentos temos ainda alguns itens importantes:

Verbas com maior significado para as áreas cultural e social; e
O aumento de 9,3% para o apoio às Associações culturais, desportivas ou outras, além de permissão de uso de diversos equipamentos de forma gratuita. O Entroncamento é, dos Municípios da região, um dos que mais apoia as suas Associações que, reconhecidamente, continuam a desenvolver um trabalho muito meritório nas várias áreas de atuação.

Para não ser fastidioso, não continuarei a elencar um conjunto significativo de realizações previstas para o próximo ano, mas que serão certamente uma realidade.

Tendo como princípios base uma gestão equilibrada e rigorosa, assente num cuidado planeamento dos investimentos para a execução da estratégia de desenvolvimento do município, o orçamento de rigor e contenção da despesa para que se consiga criar oportunidades de investimento, garante o alinhamento com o calendário do Quadro Comunitário em curso, fazendo bom uso das oportunidades do Programa de Financiamento “Portugal 2020” e uma excelente otimização do erário público.

Para 2020 o Município do Entroncamento pretende dar continuidade a um trabalho com visão de futuro e base sólida no passado recente. Temos a ambição de potenciar o desenvolvimento do concelho, sempre com a solidariedade e qualidade de vida dos munícipes no centro das decisões e por isso nos congratulamos com este orçamento.”

--- **Fernando Barroso (PSD)**: “Saudamos e reconhecemos o mérito de todos os técnicos do Executivo que elaboraram os documentos principais orientadores de gestão da nossa autarquia.

Saudamos e reconhecemos a qualidade dos mesmos: são muito claros, escorreitos, de fácil leitura e entendimento.

Saudamos a correção das contas.

Para todos nós munícipes, é igualmente importante, percebermos em primeiro lugar, se o que foi anunciado no Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano passado trouxe grandes melhorias e desenvolvimentos para a cidade e se foi cumprido e em que medida.

Neste sentido, destacamos a conclusão do aumento das ciclovias, a requalificação do Mercado Diário e do Cine Teatro S. João, a melhoria do Desempenho Energético, a repavimentação de parte da Zona Industrial, a continuidade dos apoios ao Associativismo, o apoio escolar e a componentes sociais como o TURE, o cartão do idoso e outros.

Contudo, o Executivo PS também manifestou várias dificuldades, nomeadamente: tratar de questões prioritárias e urgentes; criar condições para que a cidade acompanhasse os níveis de desenvolvimento de outros municípios; manter adequadamente os seus equipamentos e edificado; manter a cidade limpa e segura; dinamizar a economia e as pessoas.----- Assim, em segundo lugar, é igualmente importante para todos nós munícipes, replicar três questões essenciais sobre o que nos agora é apresentado – o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, responde: -----

1. Às necessidades urgentes e prioritárias da cidade? -----
2. Aos desafios para assegurar um desenvolvimento estratégico e sustentado da cidade? -----
3. Às necessidades de gestão correntes da cidade? -----

Apenas em parte. E por isso, em jeito de resposta a estas questões e de balanço sobre o que não foi realizado nos últimos 7 anos, deixamos para registo em ata para que seja considerado pelo Executivo como propostas de prioridades e necessidades da nossa cidade e dos nossos munícipes: -----

- Projeto – Creches e Infantários (é necessário começarmos a pensar rapidamente como podemos construir creches e infantários a disponibilizar aos nossos munícipes); -----
- Criar uma rede de componente de apoio à família (CAF) mais alargada, eficiente, de qualidade e com o aumento de pessoal afeto a esta valência; -----

Parque escolar: -----

- . JI Sophia Mello Breyner Anderson - solução de climatização para as salas da escola -----
- . Escola Básica António Gedeão - Toldo de proteção para o parque desportivo -----
- . Escola Básica da Zona Verde - cobertura para o exterior, passadiços e arrecadações-----
- . Escola Básica do Bonito - cobertura exterior para proteção das crianças, docentes e assistentes operacionais -----
- Projeto “Bem Vindos à Nossa Cidade” – projeto de requalificação urbanística das entradas da cidade; -----
- . Projeto da Estrada da Barroca; -----
- . Projeto de ligação do viaduto da Linha do Norte ao nó do Hospital; -----
- Projeto de II Fase do Parque Verde do Bonito – Parque Arborismo, mini golf, quinta pedagógica e parque de merendas; -----
- . Definir / reforçar plano de manutenção e limpeza do Parque Verde do Bonito; -----
- Efetivar a intervenção na piscina municipal e na pista de atletismo; -----
- Definir um plano para melhoria dos pavimentos e passeios da cidade; -----
- Intervenção mais eficaz junto IP e Governo para o reforço / desenvolvimento da atividade ferroviária na nossa cidade; -----
- Plano de captação de investimentos ligados aos serviços de saúde para a nossa cidade; ---
- Programa de Reabilitação Urbana – de acordo com a proposta de recomendação já apresentada. -----
 - Programa de dinamização do comércio local – pensarmos nas infraestruturas, equipamentos suplementares e atividades estratégicas dedicadas às famílias que aumentem a afluência de pessoas ao centro da cidade; criação da Marca “Entroncamento +”; -----
 - Plataforma informática “Entroncamento +” dinamizada pela CME e alimentada pelos comerciantes (iremos apresentar proposta de recomendação em sessão da assembleia municipal); -----
 - Plano Estratégico de Dinamização do Turismo que contemple de forma integrada e articulada a oferta de eventos e equipamentos a visitar na cidade, serviços a usufruir, comércio local, a feira semanal, o mercado diário; -----
 - Ativação dos Jogos de Água; -----
- . TURE - Gratuidade para todos os residentes, estudantes e trabalhadores na cidade; -----

-
- Associativismo - Reforço das verbas em 20%; -----
 - Festival do Desporto a realizar em Maio (iremos apresentar proposta de recomendação em sessão da assembleia municipal); -----
 - Feira do Oculto e dos Fenómenos a realizar em novembro (iremos apresentar proposta de recomendação em sessão da assembleia municipal).”-----

--- **Pedro Goncalves (CDS)**: começou por destacar que saiu da reunião com o executivo em que se discutiu o orçamento com algumas convicções que não vê agora concretizadas na proposta final, designadamente: parque infantil inclusive, bicicletas de patrulhamento de proximidade, por exemplo, pelo que solicitou os devidos esclarecimentos. -----

--- **Carlos Matias (BE)**: “Antes de mais, registamos a ocorrência de uma reunião preparatória sobre o Orçamento e Plano de Atividades, um encontro que permitiu clarificar os contornos gerais e as linhas mestras dos documentos. -----

Foi um regresso a uma boa prática que havia sido abandonada. Simplesmente, o que, supostamente, se espera dessas reuniões entre a maioria do executivo e os restantes partidos é que elas ocorram numa fase mais precoce do processo para que, eventualmente, se possam acolher contributos para o orçamento.-----

Assim, com documentos praticamente fechados, poderá haver esclarecimento, mas é manifesta a falta de qualquer abertura à introdução de novas propostas ou de diferentes opções.-----

Já o dissemos em anos anteriores e reafirmamo-lo agora: valorizamos positivamente o rigor das contas. Mas não nos revemos em críticas genéricas ao anterior endividamento, que vai sendo desagravado, como se observa neste orçamento. E fazemo-lo na posição confortável de quem, anteriormente, foi bastas vezes a única voz contra as opções da anterior maioria. E se houve investimentos de que discordámos (a transformação do Centro Cultural, por exemplo), outros foram oportunos, como a ampliação do parque escolar. Se agora se vai desagravando a dívida, como planeado, ótimo. Grande parte dessa dívida foi gerada - e bem - pelo investimento em equipamentos há muito tempo ao serviço da comunidade - o que também é bom.-----

No Bloco de Esquerda, sempre que avaliamos estes instrumentos prospetivos de gestão, fazemo-lo comparando a razoabilidade e justeza das receitas previstas. Confrontamos também a gestão e, em particular os investimentos, com o programa com que o Bloco de Esquerda se apresentou às eleições.-----

Começando pelas receitas, já dissemos que embora aceitemos as taxas, não concordamos com o desenho aprovado para a cobrança do IMI, nem com recusa de incorporar progressividade na cobrança da derrama. Dir-se-á que (pelo menos no caso do IMI) a nossa divergência no que se refere ao montante a cobrar é mínima do ponto de vista quantitativo. Mas é grande no plano dos princípios, pois, como dissemos, não aceitamos mais entorses a uma cobrança justa do IMI.-----

Avaliamos positivamente algumas opções tomadas, com muitos investimentos a beneficiar de Fundos Comunitários. É o caso da requalificação urbana, da construção da nova esquadra, do aumento da eficiência energética quer das piscinas quer da iluminação pública e do aumento eficiência hídrica da rede de distribuição de água.-----

Subsistem, porém, alguns bloqueios em ações importantes para o concelho.-----

Os subsídios às associações e coletividades ainda não recuperaram dos cortes impostos pelo PAEL, vindos ainda do tempo da gestão PSD.-----

A revisão do PDM continua atrasada. Está no Orçamento a verba da ordem, mas compreenderão que duvidemos que seja desta.-----

A construção de uma nova Biblioteca, peça essencial de uma dinâmica cultural com dimensão, é aberta no orçamento com um euro. A rubrica está lá, é um começo. Mas, o horizonte de médio prazo é vazio - o que é negativo.-----

As Hortas Urbanas vão aparecendo e desaparecendo dos Planos e Orçamentos, sinal de que a vontade de as concretizar é pouca. E este ano, não é nenhuma. O que é errado, pois os estabelecimentos de circuitos curtos de abastecimento e o incremento do abastecimento de proximidade são uma das respostas possíveis para o combate às alterações climáticas. Para além, é claro, dos aspectos lúdicos, educativos e sociais que lhes estão associadas.-----

Das propostas que vimos defendendo, não vimos lá nem Centro de Convívio para a terceira Idade na zona sul da cidade, nem Casa da Juventude. Nem para 2020, nem para anos seguintes. Nada.-----

Em suma, estes documentos previsionais assentam nalgumas opções acertadas, numa ou outra escolha que não acompanhamos e também nalgumas omissões que não podemos deixar de apontar.-----

Não será por nós, contudo, que estes documentos não passarão na Assembleia Municipal.”

--- **Carlos Silva (PSD):** começou por reconhecer e saudar a qualidade dos documentos apresentados bem como a correção das contas. De seguida, destacou a conclusão das ciclovias, as obras de requalificação do mercado, a reabertura do cineteatro S. João, a requalificação do parque da zona industrial, o apoio aos estudantes e aos idosos, entre outros. Contudo, quis ainda sublinhar aspectos que considerou menos positivos: a criação de condições para que a cidade atinja níveis de desenvolvimento de outros concelhos, a manutenção do edificado, das condições de limpeza e segurança, dinamizar a economia. Sublinhou um conjunto de dificuldades a que, apenas em parte, é dada resposta no orçamento proposto: necessidades urgentes e prioritárias da cidade; desafios para promover o desenvolvimento estratégico e sustentável da cidade; necessidades de gestão corrente da cidade. Elencou, de seguida, um conjunto de intervenções que considera prioritárias: creches e infantários; rede da componente de apoio às famílias mais alargada e eficiente; intervenções no Jardim de infância Sophia de Melo Breyner, Escola Básica António Gedeão, Escola Básica da Zona Verde, Escola Básica do Bonito; requalificação das entradas na cidade; estrada da Barroca; ligação do viaduto à rotunda do Hospital; segunda fase do parque verde do Bonito; manutenção e limpeza do parque verde do Bonito; intervenção na piscina municipal e na pista de atletismo; melhoria dos pavimentos e passeios da cidade; intervenção junto das IP para reforço da atividade ferroviária na cidade; plano de captação de investimentos ligados aos serviços de saúde; programa de reabilitação urbana; programa de reabilitação do comércio local; criação de infraestruturas que aumentem a afluência das pessoas ao centro da cidade; criação de plataforma informática dinamizada pela câmara municipal ao serviço dos comerciantes; criação de plataforma de divulgação de eventos a dinamizar na cidade; activação dos jogos de água; reforço em vinte por cento das verbas para o associativismo; festival do desporto, a realizar em maio; feira do oculto e dos fenómenos, a realizar em novembro; investimento no patrulhamento de proximidade.-----

--- **Mário Balsa (PS):** começou a sua intervenção dizendo que, embora não tivesse intenção de o fazer, após a intervenção do deputado do PSD, o qual elencou boa parte do programa do PA às últimas eleições autárquicas, sentiu que era sua obrigação recordar que grande parte das propostas ou já estão executadas ou em execução. De qualquer modo, quis destacar e clarificar alguns pontos: o festival do desporto que, com outra designação está a ser dinamizado por uma associação, não devendo o município sobrepor-se a esta iniciativa; relativamente à feira do oculto, começou por se regozijar com a referência feita agora, uma

vez que o PSD sempre fora contra a ideia da valorização dos fenómenos; no que respeita à cultura, destacou o facto de ter sido reativado o centro cultural, que na gestão anterior do PSD fora transformado em bar, e a recente reabertura do cineteatro S. João, ao serviço da cultura; e, como exemplo da dinamização cultural, destacou ainda o Festival do Vapor e a sua projeção, confirmada agora com a nomeação para alguns prémios internacionais, o festival de Jazz, a decorrer, aberto a toda a população. Quanto às questões de segurança, recordou dados recentes da PSP que confirmam ser o Entroncamento dos concelhos mais seguros da região do médio Tejo e distrito de Santarém, tendo clarificado que, sendo um concelho em crescimento, marcadamente urbano, implica alguns problemas e desafios, mas que se estão combater e a ser olhados de frente, não podendo cometer o erro de promover o alarmismo junto da população; e, a terminar, focou a questão do dinamismo, colocada pelo PSD, lembrando a atenção dada à zona industrial, a qual tinha sido votada ao abandono, com todos os lotes a serem efetivamente ocupados, o novo parque empresarial a ser desenvolvido e já com interesse na fixação de empresas, todo o comércio local em torno do mercado em atividade, o interior do mercado com um grande dinamismo, perguntando-se, por fim, onde esteve o dinamismo durante os doze anos de governação do PSD, sugerindo ter sido descrita pelo PSD uma cidade de outro planeta que desconhece. E sublinhou que se espera de qualquer agente político que puxe pela sua cidade e não o contrário, promovendo uma imagem negra da mesma, em vez de reconhecer que a cidade vem crescendo cada vez mais por ser uma cidade atrativa e com qualidade de vida.

--- **António Miguel (PS)** solicitou a palavra, tendo declarado:

“Relembrando, o Partido Socialista submeteu a sufrágio um programa para executar e que vem cumprindo e não um caderno de encargos do PSD, e diga-se que foi liminarmente rejeitado pela população, e que não nos vai fazer mudar de rumo.

Senão vejamos:

- Que o Concelho não conseguiu ser atrativo para as empresas, mas refere-se com certeza ao período da sua desastrosa gestão, pois que o atual executivo teve de reverter a venda dos lotes da zona industrial que se encontravam ao abandono e terminando assim com a especulação imobiliária, disponibilizando a Empresas que efetivamente se querem instalar e estão-se instalando criando assim emprego e desenvolvimento económico.

- Relativamente à programação cultural para o Cineteatro que o PSD gostaria de externalizar contribuindo assim para mais despesa, que com certeza compensaria com o aumento de impostos que sempre nos habituou, mas o executivo utilizou os mesmos recursos, e ainda bem que assim é, valorizando os recursos internos.

- Critica também o PSD o nível de atribuição de apoios às coletividades, quando por força da sua irresponsável gestão reduziu-se esses apoios que agora de forma progressiva têm vindo a ser aumentados apesar do pagamento da dívida herdada e que no próximo ano esse apoio aumenta 9,8%.

- Falam-nos da segurança quando os indicadores da criminalidade são os melhores do distrito e quando numa leitura mais fina do histórico desses indicadores da criminalidade se constata que no período em que o PSD esteve à frente dos destinos do Município, foram uns verdadeiros “Cristianos Ronaldos” no alcance desses tristes records que me escuso agora de lembrar. Acresce que não tiveram a capacidade demonstrada de construir uma nova esquadra para dar melhores condições à PSP e que vai ser uma realidade no próximo ano.

- Relativamente ao Empréstimo de Médio e Longo Prazo, relembro que o mesmo é um instrumento de gestão a que certamente não seria necessário recorrer se não se tivesse herdado no inicio do mandato uma dívida de 15,7 milhões de euros e que já sofreu uma redução de 50%, apesar de todo o investimento feito, e que atualmente se situa nos 7,8 milhões de euros.

- Quanto à cultura nunca o Entroncamento apresentou uma diversidade de oferta cultural como atualmente, e sem dispor de um Cineteatro, que felizmente acabou de ser inaugurada a sua recuperação, tendo a mesma sido unanimemente reconhecida como uma excelente obra, e que na gestão do PSD por “desleixo ou incúria” deixou degradar, privando a população por um período de cerca de 10 anos do uso do mesmo.-----

- Aproveito para parabenizar o executivo pela obra agora inaugurada do “Auditório S. João”

--- **Manuel Martins (PS)**: interveio para destacar alguns dos pontos essenciais do orçamento proposto pelo executivo, designadamente: o aumento de dez por cento face ao anterior, um aumento de dezasseste por cento para a cultura, acima de sete milhões de euros em investimento (cerca de trinta e seis por cento), dando exemplos da aplicação desse investimento em obras de requalificação urbana: nas ARU’s, áreas de reabilitação urbana (envolvendo a rua Ferreira Mesquita, rua 1.º de Maio, Praça das Tílias...), requalificação do espaço na rua General Humberto Delgado para a instalação de vinte hortas municipais; recordou ainda a construção do edifício da PSP, cujo custo do projeto é suportado pela câmara municipal; investimentos ainda previstos em projetos no âmbito da eficiência energética, da eficiência hídrica, com o objetivo de redução de custos; consolidação das margens da albufeira do Bonito, ligação à zona industrial através dos Riachos/Torres Novas, recuperação da pista de atletismo, de forma a criar um sistema de drenagem que não existia; para cada um destes exemplos de investimento foi sendo elencado o respetivo valor global bem como a participação do município. E, salientou ainda, o propósito de, ao mesmo tempo que se faz investimento, se prever a redução da dívida em cerca de um milhão de euros, o que, sublinhou, significará uma redução da dívida em cinquenta por cento, em seis anos e com uma execução orçamental de oitenta e cinco por cento. De seguida, contestou a declaração de voto da oposição relativamente ao orçamento quando se referiu à ausência de dinâmica económica e à atratividade de empresas e de investimento, referindo-se à anterior gestão do PSD que deixara a zona industrial ao abandono. E quanto à crítica do desinvestimento na cultura, recordou que, no tempo do PSD, a cultura fora lançada para os fundos do pavilhão ginnodesportivo e o centro cultural transformado em bar, salientando que, de momento, o centro cultural funciona com dezenas de espetáculos de diversa natureza e passou a cidade a dispor de um novíssimo cineteatro, o qual virá a oferecer novas opções culturais; e recordou que, para o PSD foi mais importante a aquisição do estúdio 121, cuja utilidade é zero. E, relativamente à crítica feita sobre os custos do gabinete do Presidente, considerou ser tal muito proveitoso face aos resultados obtidos, contribuindo assim para a boa gestão do município, de que é exemplo a significativa redução da dívida global. E concluiu considerando tratar-se de mais orçamento bem pensado e bem estruturado, em continuidade com os anteriores deste executivo e apelando ao Presidente Jorge Faria para que continue no seu cargo por mais anos, não abandonando o Entroncamento.-----

--- **Carlos Silva (PSD)**: interveio para recordar que, na parte inicial da sua intervenção tinha saudado e reconhecido o mérito do equilíbrio orçamental da redução do passivo, a que se seguiu um conjunto de sugestões, pela positiva, uma vez que não pretendiam, da parte da sua bancada, apenas «criticar por criticar», sem apresentar alternativas, lamentando terem sido criticados por apresentar sugestões. -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS/PP)**: interveio para dizer que não poderá votar contra muitos dos investimentos previstos, salientando o relativo à eficiência hídrica, uma vez que o mesmo dará sustentabilidade não só para o presente, mas também para os anos vindouros. Disse, ainda, não poder votar contra as ARU’s; no entanto, solicitou o esclarecimento de questões colocadas na sua anterior intervenção. -----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: procurou responder a algumas das propostas apresentadas pelo PSD, dando como exemplo a ligação do viaduto sobre a linha do comboio à rotunda do hospital, projeto que o orçamento contempla, solução que, embora não seja a que o PSD pretende, é a «opção possível»; e recordou que, ao contrário do que acontecia no passado, em que eram apresentados projetos em reuniões de executivo, mas que eram esquecidos, hoje há projetos concretos e executáveis; destacou ainda as obras de requalificação previstas e já antes enunciadas pelo deputado Manuel Martins. De seguida, destacou o facto de não terem sido devidamente executadas as obras feitas na albufeira do Bonito, sem qualquer consolidação das margens, sendo um importante património da cidade que se pretende conservar. E terminou, salientando apresentar o PSD, todos os anos, propostas de cerca de um milhão de despesa sem que apresente o necessário suporte financeiro, sem explicar onde cortar a despesa, ao contrário do que fez, no ano passado, o CDS/PP, considerando esta abordagem a explicação para o excessivo défice deixado pela gestão do PSD. -----

--- Seguiu-se a intervenção do senhor Presidente da Câmara, procurando esclarecer as questões apresentadas. Assim, dirigindo-se ao deputado Pedro Gonçalves, referiu que o projeto das bicicletas comunitárias ou partilhadas está inserido no projeto de mobilidade para a cidade (centro de mobilidade para o Entroncamento), no qual se integra a rede de ciclovias, estando a ser desenvolvidos esforços no sentido de se obterem os financiamentos exigidos, não se podendo avançar sem a devida sustentação, aguardando-se a clarificação da abertura do aviso sobre mobilidade urbana do qual depende a informação do valor do montante do apoio para o efeito. Relativamente à proposta do parque inclusivo, que considerou uma boa ideia, a ser trabalhada. Relativamente à intervenção do deputado Fernando Barroso, quis esclarecer que, um mês antes da apresentação das propostas de orçamento aos partidos, solicitou aos mesmos a apresentação de sugestões, tendo recebido um e-mail do PSD na véspera da reunião com os partidos, sublinhando que procura sempre reunir e ouvir, antes da elaboração dos orçamentos, as propostas e sugestões dos partidos. No que se refere à discussão pública do PDM, ocorrida em Torres Novas, recordou terem já sido realizadas duas sessões públicas no salão nobre e uma em cada uma das juntas de freguesia, reafirmando a disponibilidade para se fazerem as que entenderem, lamentando, no entanto, os atrasos verificados no processo, os quais serão da responsabilidade da CCDR e não se verificam apenas em relação ao município do Entroncamento mas, como destacou, diz sobretudo respeito a toda a região de Lisboa e Vale do Tejo; sublinhou ainda que tem havido da parte do atual executivo um grande empenho em que o processo da revisão do PDM avance, informando que, quando tomou posse, apenas estava elaborado o diagnóstico. De seguida, salientou os seguintes aspectos relativamente à proposta de orçamento: o PSD acompanha o BE propondo tudo e mais alguma coisa e, retomando as palavras ditas pelo deputado do PSD que saudou a qualidade dos técnicos que elaboraram o orçamento, recordou que os técnicos de hoje são os mesmos que elaboraram os orçamentos despesistas e não rigorosos da anterior gestão do PSD, os quais não executavam aquilo que se propunham. Propôs, depois, aos membros da assembleia que lessem a declaração de voto apresentada na reunião do executivo pelo PSD e se questionem se a mesma tem a ver com a cidade do Entroncamento, solicitando ao deputado Carlos Silva (PSD) que, à frente das propostas que apresentou colocasse valores, mesmo que aproximados, ou que indicasse quais os investimentos que deixaria de fazer, tendo em conta que os recursos são limitados; concluiu, dizendo tratar-se de propostas de investimentos sem se saber quais as respetivas fontes de financiamento. Dirigindo-se, depois, ao deputado Carlos Matias (BE), o qual, na sua intervenção justificara a dívida excessiva do executivo do PSD, tendo em conta o mérito dos investimentos realizados e que, à época, foram também aprovados pela bancada do BE,

informou que, afinal, embora o projeto fosse do executivo anterior, quem cumpriu o pagamento desses investimentos foi já o atual executivo; a propósito, recordou que apenas vinte por cento da Escola do Bonito estava executada, mas não paga; dos três pavilhões da Escola Ruy d'Andrade, só um estava construído. Ainda relativamente ao orçamento, sublinhou o facto de cerca de quinze por cento (próximo dos dois milhões de euros) ser relativo ao setor da educação, destacando ainda o reforço do apoio às associações, à cultura, ao ambiente. Explicou ainda, relativamente à intervenção de alargamento da estrada de Barroca, projeto já aprovado há três anos, cuja concretização está ainda dependente da cedência de espaço pelos proprietários adjacentes. -----

--- **Carlos Matias (BE)**: pediu a palavra para esclarecer que não partilha a ideia transmitida pelo Presidente da Câmara sobre o peso e o significado da «dívida», pois, do seu ponto de vista, nem sempre a dívida é negativa e que sempre que sejam possíveis financiamentos se devem concretizar as obras necessárias, pelo que, em algumas circunstâncias, considera as dívidas «boas», ou seja, genericamente, a sua bancada não condena a dívida. -----

--- Neste momento, os senhores Vereadores do PSD solicitaram para intervir e uma vez que, de acordo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal, os senhores Vereadores só intervêm «a solicitação do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia ou do plenário da Assembleia» o que, não se verificou, não lhes foi dada a palavra tendo, então, abandonado a sessão o senhor Vereador Jaime Ramos. -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS/PP)**: quis esclarecer que se referia às bicicletas a atribuir aos guardas noturnos, acreditando que estejam planeadas. Disse ainda acolher bem a melhoria do desempenho energético e a construção da esquadra da PSP. E, lamentando alguns constrangimentos, reafirmou a intenção do seu partido de continuar a apresentar propostas para incluir no orçamento, concluindo com a indicação de que votará favoravelmente o orçamento. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

--- O ponto número nove foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, duas abstenções do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- **Manuel Faria (PSD)** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Passaram 6 anos. Após 6 anos do mesmo Executivo, a nossa cidade, é considerada um dos concelhos com menor equilíbrio orçamental, num total de 308, ocupando a posição 21.ª na lista dos 35 concelhos com menor equilíbrio, fonte Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018 (<https://www.occ.pt/pt/noticias/apresentado-anuario-financeiro-dos-municipios-portugueses-2018/>). -----

R42 – Municípios com menor equilíbrio orçamental

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)				
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
1 Tarouca	P	7 974 238	7 967 738	6 501	99,9%	0,1%
2 Castanheira de Pêra	P	4 454 474	4 446 994	7 480	99,8%	0,2%
3 Celorico de Basto	P	11 320 690	11 296 828	23 862	99,8%	0,2%
4 Figueira de Castelo Rodrigo	P	7 980 597	7 959 768	20 829	99,7%	0,3%
5 Castro Verde	P	8 869 309	8 833 240	36 069	99,6%	0,4%
6 Alpiarça	P	6 252 051	6 214 823	37 228	99,4%	0,6%
7 Constância	P	5 240 978	5 208 523	32 455	99,4%	0,6%
8 Viseu	M	47 830 423	47 529 530	300 894	99,4%	0,6%
9 Armamar	P	7 147 426	7 101 506	45 920	99,4%	0,6%
10 Santa Comba Dão	P	7 370 099	7 318 310	51 789	99,3%	0,7%
11 Vidiúveira	P	6 493 631	6 442 191	51 440	99,2%	0,8%
12 Campo Maior	P	7 537 535	7 472 975	64 561	99,1%	0,9%
13 Figueiró dos Vinhos	P	6 379 859	6 312 362	67 497	98,9%	1,1%
14 Borba	P	6 779 933	6 702 091	77 842	98,9%	1,1%
15 Vila Real de Santo António	P	21 895 186	21 619 747	275 439	98,7%	1,3%
16 Santa Marta de Penaguião	P	6 094 308	6 017 473	76 835	98,7%	1,3%
17 Macedo de Cavaleiros	P	15 147 215	14 913 743	233 472	98,5%	1,5%
18 Nelas	P	9 331 346	9 184 539	146 807	98,4%	1,6%
19 Belmonte	P	5 796 797	5 704 822	91 975	98,4%	1,6%
20 Murça	P	6 271 479	6 156 767	114 711	98,2%	1,8%
21 Entroncamento	M	12 459 772	12 183 026	276 746	97,8%	2,2%
22 Mesão Frio	P	4 357 601	4 256 030	101 570	97,7%	2,3%
23 Vila Franca do Campo	P	7 857 260	7 660 110	197 150	97,5%	2,5%
24 Sobral de Monte Agraço	P	8 090 329	7 884 992	205 337	97,5%	2,5%
25 Arronches	P	3 847 430	3 745 304	102 125	97,3%	2,7%
26 Lousã	P	12 127 551	11 799 567	327 984	97,3%	2,7%
27 Castro Marim	P	11 078 772	10 776 556	302 216	97,3%	2,7%
28 Portel	P	8 540 171	8 300 373	239 798	97,2%	2,8%
29 Moura	P	13 630 182	13 246 411	383 771	97,2%	2,8%
30 Ribeira Brava	P	6 572 172	6 362 241	209 931	96,8%	3,2%
31 Condeixa-a-Nova	P	10 352 016	10 010 564	341 452	96,7%	3,3%
32 Marvão	P	4 318 564	4 175 225	143 338	96,7%	3,3%
33 Viana do Alentejo	P	6 570 788	6 338 083	232 705	96,5%	3,5%
34 Carregal do Sal	P	6 009 651	5 796 159	213 492	96,4%	3,6%
35 Ribeira de Pena	P	10 241 319	9 863 734	377 585	96,3%	3,7%

Bem sabemos que o Executivo não gosta de comparações com os Concelhos vizinhos, mas os factos são os factos, e Torres Novas, segundo o mesmo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses foi o concelho que mais cresceu no distrito e o que mais cresceu a nível nacional.

Após 6 anos deste Executivo, o Entroncamento continua a cair no Portugal City Brand Ranking (PCBR), tendo passado do lugar 154 em 2018 para 160 em 2019 no conjunto dos 308 municípios portugueses.

Significa, portanto, que a cidade não foi capaz, nem está a ser capaz de gerar a riqueza, criar o valor, a sustentabilidade, a confiança e a segurança suficientes e necessárias que aproveitem o contexto atual e a preparem adequadamente para contextos futuros.

Significa, portanto, que as políticas, as estratégias, a gestão e as prioridades deste Executivo estão, em parte, mais uma vez erradas e afastadas das necessidades e desafios da cidade, da realidade e das boas práticas de que são exemplo outros concelhos.

Hoje, a nossa cidade:

- Por incapacidade deste Executivo PS de atuar justamente junto do Governo também ele PS, perde cada vez mais protagonismo na atividade ferroviária, com a perda de rotas estratégicas e a deslocação de serviços, projetos estratégicos, quadros superiores e quadros técnicos do Entroncamento para Lisboa e para o Porto.
- Perde qualquer possibilidade de investimento no curto / médio prazo na ferrovia porque mais uma vez o Governo mentiu aos portugueses e parou todos os investimentos que tinha anunciado antes das eleições.
- Perde a oportunidade e não tem capacidade para garantir importantes ligações rodoviárias.
- Perde protagonismo no comércio local para vários concelhos e outras alternativas comerciais.
- Não tem uma única empresa que tivesse apresentado candidatura aos benefícios da derrama, o que é um péssimo indicador a vários níveis.

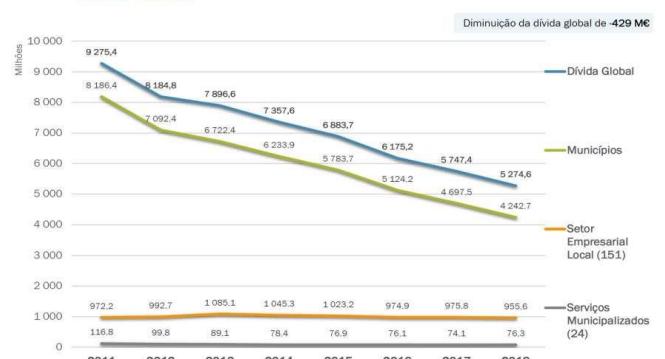
Hoje, temos empresas interessadas em investir na cidade, mas cuja sede fiscal dificilmente ficará no Entroncamento, e os postos de trabalho diretos e indiretos serão aquém do anunciado e do necessário para o desenvolvimento da cidade; outras podem afetar negativamente o comércio local e os empresários que sempre estiveram com a cidade; outras estão muito sujeitas a enorme volatilidade do contexto económico e que por isso podem gerar alguns elefantes brancos na cidade; outras, por serem mais do mesmo, podem gerar uma rápida canibalização dos negócios, como é o caso da restauração. -----
 Hoje o desinvestimento mais uma vez anunciado nos principais equipamentos e estruturas que fixam as famílias na nossa cidade, é também um forte sinal da falta de visão e das prioridades.

Significa, portanto, que em matéria de estratégia para a cidade, falhámos durante 6 anos e continuaremos a falhar de acordo com este Orçamento e Grandes Opções do Plano. Como refere o Anuário Financeiro dos Municípios apresentado em Outubro deste ano, todos os 308 municípios portugueses têm vindo a baixar a sua dívida desde 2011 ao abrigo das novas regras do endividamento e do equilíbrio orçamental e também, devido às fortes cativações em vigor.

O Entroncamento não é exceção, não é regra ou sequer o melhor dos exemplos, como tanto o Executivo quer passar a imagem, apesar dos resultados positivos de redução da dívida em linha com todos os municípios e com o que foi necessário fazer após o PS ter levado o país à falência.

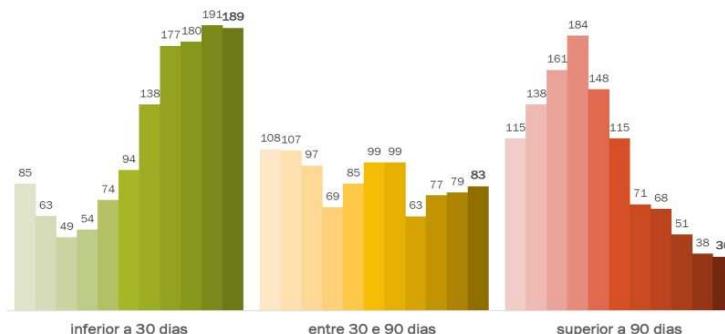
4.2. DÍVIDA GLOBAL – MUNICÍPIOS, EMPRESAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

2011 - 2018



Refere o mesmo anuário que a média do grau de execução da receita dos 308 municípios foi em 2018 de 90,4%. Embora positivo, a nossa cidade ainda assim ficou mais uma vez abaixo da média nacional, fechando 2018 com 87,27%.

Da mesma forma, quando falamos em prazo médio de pagamentos, mais de metade dos municípios portugueses (189, 61% dos municípios) já paga a menos de 30 dias, enquanto nós, apesar da melhoria, ainda nos encontramos nos 66 dias, mais 36 dias que os melhores e que a média.



Significa, portanto, que mais uma vez, e agora em matéria de gestão, nem tudo o que o autoconceito deste Executivo diz e anuncia para o próximo ano, corresponde à realidade e permite resolver os problemas de gestão. -----

Já quanto a investimento, é tónica deste Executivo referir-se aos seus projetos como investimento, e aos projetos que asseguraram o funcionamento e desenvolvimento da cidade nos últimos 6 anos, apelida-os de dívida. -----

Com efeito: -----

Porque este Executivo não inaugura equipamentos escolares? Porque alguém no passado investiu em equipamentos de excelência para os nossos filhos. -----

Porque este Executivo não anuncia equipamentos desportivos e porque podemos celebrar protocolos com Associações para desenvolverem as mais diversas modalidades? Porque alguém no passado investiu em equipamentos que hoje permitem às Associações realizarem um trabalho fantástico na nossa cidade. -----

Porque recebemos hoje mais turistas? Porque alguém investiu e conseguiu transformar o MNF num símbolo da cidade e porque temos equipamentos para realizar eventos desportivos regionais, nacionais e internacionais. -----

Porque temos hoje um Parque Verde para os atletas e as famílias? Porque alguém no passado tratou desse investimento. -----

Porque este Executivo não anuncia novas zonas residenciais que cativem e retenham as pessoas na nossa cidade? Por que alguém no passado investiu na criação de condições para que a habitação no Entroncamento fosse uma referência e uma razão para cá viver. Mais, porque hoje podemos realizar as Festas da Cidade no centro da cidade? Porque alguém investiu na reabilitação das praças principais e na rua calcetada onde elas decorrem. -----

Assim como, alguém no passado investiu na aquisição e criação das infraestruturas de suporte e complementares necessárias para a reabilitação do Auditório Municipal São João. -----

Assim como alguém no passado investiu num parque de estacionamento que hoje permite às pessoas irem comodamente às compras ao mercado diário com um carrinho de compras; ou irem à feira semanal e à Feira de Abril num espaço multiusos com as devidas condições para o efeito. -----

Entre tantos outros exemplos de investimentos do Executivo anterior que o Executivo atual aproveita a qualquer custo APENAS para posar para uma fotografia e discursar em qualquer evento com suposta propriedade. -----

Analizando de forma objetiva, este Executivo apoiado por esta Bancada PS da qual fazem parte vários membros do Executivo, pode fazer a propaganda que entender, mas não há ninguém aqui presente nesta sala ou na nossa cidade, que ache que as pessoas vivem cá porque gostam de Festas, Bolos e Tolos. -----

As pessoas residem no Entroncamento e fixam-se no Entroncamento por laços familiares, se houver serviços de qualidade, se houver atividade ferroviária, económica, de serviços, etc.; fixam-se no Entroncamento pelas acessibilidades e conjunto de equipamentos habitacionais, escolares, desportivos e de lazer que alguém criou no passado. Fixam-se na nossa cidade pelas Associações que têm equipamentos onde praticar as suas atividades. -----

Este Orçamento é outra vez o resultado de um Executivo que tem uma agenda própria de preconceito para com os investimentos que não foram da sua autoria e por não isso não cuida convenientemente, mas que utiliza convenientemente para posar para uma foto e para imagem em qualquer evento. -----

É o resultado de um Executivo com uma agenda própria, pessoal e política, que se foca mais em objetivos políticos como, por exemplo, chegar a Secretário de Estado, a Deputado ou a

Assessor, chegando mesmo a passar a imagem que quando se centra na cidade, não é para a servir, mas para se servir dela. -----

E é por isso também, que este enorme constrangimento que hoje caracteriza o funcionamento do Executivo, o impede de cuidar e desenvolver adequada e necessariamente da nossa cidade.-----

E é por não considerar as propostas de nenhum outro partido, por não serem suas, quando estas podem ser prioritárias e determinantes para a cidade. -----

E é por isso, que terminamos com um exemplo muito claro: por muita paixão que o atual Executivo tenha pelo Bairro Camões e queira fazer disso a sua grande marca de popularidade, não é este ato, por muito valoroso que seja para a memória e homenagem à cidade, que vai manter a atividade ferroviária no Entroncamento, ou manter a cidade no caminho estratégico da ferrovia, ou manter e desenvolver postos de trabalho na ferrovia. Devemos recuperar o Bairro Camões sim, mas jamais podemos perder a atividade ferroviária e os trabalhadores ferroviários.-----

E é por tudo isto, pela nossa cidade e pelos nossos municíipes, que este Orçamento e GOP merece um voto contra.” -----

PONTO NÚMERO DEZ-----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ANO 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, sintetizando a informação previamente distribuída, nos seguintes termos: é submetida à aprovação a proposta da Câmara Municipal para consulta, a pelo menos três intuições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo em modalidade de conta corrente, destinado apenas a gestão de tesouraria até ao montante máximo de 600.000 €, com prazo máximo de reembolso até 31/12/2020, bem como autorização para a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo. Este referido empréstimo irá estar previsto no Orçamento Municipal de 2020 e, sendo considerado como dívida flutuante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas. O pagamento do valor do empréstimo ficará garantido com as verbas do IMI. -----

--- Não houve intervenções neste ponto.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ-----

--- O ponto número dez foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1^a. Secretária:

A 2^a Secretária: